

**A Política de Assistência Social em Território Rural: um estudo junto à população do
Programa Bolsa Família no Estado da Paraíba.**

Almira Almeida Cavalcante
Universidade Federal da Paraíba UFPB/Brasil
Email: almiracavalcante@hotmail.com

Francisca das Chagas Fernandes Vieira
Universidade Federal da Paraíba UFPB/Brasil
Email: franciscavieira@hotmail.com

Jorge Manuel Leitão Ferreira
Instituto Universitário de Lisboa
Email: jorge.manuel.ferreira@iscte.pt

Marinalva de Souza Conserva
Universidade Federal da Paraíba UFPB/Brasil
Email: mconserva@hotmail.com

Waleska Ramalho Ribeiro
Universidade Federal da Paraíba UFPB/Brasil
Email: Waleska.candido@hotmail.com

Resumo: Este trabalho constitui-se como uma reflexão inicial do referencial teórico do projeto de tese de doutorado em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa. O presente estudo propõe uma análise sobre a transferência de renda no Brasil através do Programa Bolsa Família. O objetivo da investigação é avaliar a segurança de renda, enquanto fator de proteção social, para as famílias beneficiárias em territórios rurais no Estado da Paraíba. A investigação fomenta a dimensão hegemônica do fator renda nas políticas de proteção social do Sistema Único de Assistência Social do Brasil e a interlocução com outras políticas. Este artigo se propôs a construir uma resenha teórica a partir de publicações referentes ao tema da pesquisa sobre o qual apropriamos para construção da tese em discussão. Ressaltamos que o fenômeno da transferência de renda como elemento de proteção social tem se espalhado nas últimas décadas, sobretudo em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, que não logrou um Estado de Bem-Estar social propriamente dito. É apenas a partir da Constituição de 1988, que será consolidado um sistema de seguridade social, e mais tardiamente, há um avanço significativo com a criação de programas de assistência social e, conseqüentemente, inicia-se um processo pontual de programas de transferência de renda que vai evoluindo até chegar ao monumental Programa Bolsa Família.

Palavras-Chave: Transferência de Renda; Programa Bolsa Família; Assistência Social.

Abstract: This work constitutes an initial reflection of the theoretical reference of the project of doctoral thesis in Social Service by the University Institute of Lisbon. The present study proposes an analysis on the transfer of income in Brazil through the Bolsa Família Program. The objective of the research is to evaluate income security as a factor of social protection for beneficiary families in rural territories in the State of Paraíba. Research fosters the hegemonic dimension of the income factor in social protection policies of the Brazilian Single Social Assistance System and the interlocution with other policies. This article proposes to build a theoretical review based on publications related to the research topic on which we appropriate for the construction of the thesis under discussion. We emphasize that the phenomenon of income transfer as an element of social protection has been spreading in the last decades, especially in developing countries, as is the case of Brazil, which did not achieve a welfare state proper. It is only from the Constitution of 1988 that a social security system will be consolidated and later, there is a significant advance with the creation of social assistance programs and consequently, it starts a punctual process of income transfer programs that evolves until reaching the monumental Bolsa Família Program.

Keywords: Cash Transfer; Family Grant Program; Social Assistance

1. INTRODUÇÃO

Iniciamos esta discussão afirmando que a ideia de emersão da proteção social via transferência de renda no Brasil se dá a partir da regulamentação da renda básica de cidadania, regulamentada pela lei 10.835/2004, lei de renda mínima, com foco na erradicação da pobreza e minimização das desigualdades sociais, a lei pretendia vigorar com caráter universal e sem exigência de condicionalidades. No contexto de reconhecimento da necessidade inadiável da consolidação da transferência de renda, é aprovada no mesmo período a lei 10.836/2004, que regulamenta o Programa Bolsa Família (PBF).

A evolução da transferência de renda até o PBF tem início quando o Programa Nacional de Renda Mínima é substituído pelo Programa Nacional Bolsa Escola (PNBE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Este contemplava famílias com crianças de 6 a 15 anos, com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo (Brito & Soares, 2010). Paralelo ao Bolsa Escola foi criado o Programa Bolsa Alimentação, tendo como

alvo a população materno-infantil. O benefício era concedido a famílias compostas por gestantes, nutrizes e crianças na faixa etária de até 6 anos. O teto da renda familiar era igual ao do Bolsa Escola. Como condicionais o programa apontava os cuidados com a saúde das crianças, gestantes e nutrizes. Posteriormente, houve a ampliação da transferência de renda, resultando na criação dos programas Agente Jovem e Bolsa Renda.

Neste contexto, apesar da mudança de gestão federal em 2003, a implementação da transferência de renda, enquanto política pública de combate à pobreza ganha maiores proporções a partir da criação do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), com foco determinante no combate a fome no país. A iniciativa central desta pasta foi a criação do Programa Nacional de Acesso à Alimentação (Cartão Alimentação). Porém, este programa, além do aspecto condicional, também contempla território de abrangência (região do semiárido, comunidades indígenas e quilombolas) e prazo (dezoito meses, iniciando com seis, mais duas prorrogações). Importante ressaltar que o caráter condicional da transferência de renda atrelado à saúde e educação objetiva romper com a transmissão intergeracional da pobreza, por meio do aumento do capital humano das futuras gerações (Brito & Soares, 2010, p.12).

Resultante da evolução do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), o Bolsa Família, após onze anos de existência, atualmente integra o Plano Brasil sem Miséria, e consolida em termos quantitativos com uma cobertura jamais alcançada. Em termos qualitativos, pesquisas que se debruçam sobre a temática, apontam mudança na vida dos beneficiários. “Uma delas é o início da superação da cultura da resignação, ou seja, da espera resignada pela morte por fome e doenças ligadas à pobreza...” (Rêgo & Pinzani, 2013, p.190).

Atualmente o Bolsa Família ocupa lugar de destaque na agenda do governo federal, com um repasse mensal destinado a mais 13 milhões de famílias beneficiadas (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2015). Número que representa a larga abrangência do programa. Os critérios de elegibilidade para ser beneficiado pelo programa traduz seu caráter focalizado. Neste sentido, “a focalização possibilita o alcance do programa àqueles que mais precisam” (Soares, De Souza, Ozório & Silveira, 2010, p. 41).

A partir dessas breves considerações introdutórias sobre o tema em análise, o presente estudo pretende ampliar o horizonte da pesquisa por meio da apropriação do trabalho de investigadores que obtiveram êxito científico em suas publicações.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Fundamentação Teórica /Dimensões das categorias de análise

Para melhor compreensão da análise, a apresentação dos resultados está organizado a partir de três dimensões: dimensão conceitual; dimensão metodológica; dimensão epistemológica e considerações quanto aos resultados alcançados.

Quanto à dimensão conceitual o estudo nos possibilita o conhecimento de várias categorias que serão exploradas no trabalho de tese. Deste modo, versar sobre o conceito de pobreza é a partida para nossa análise. Para Silva (2007, p. 1430), é preciso analisar diferentes concepções de pobreza:

A concepção adotada é de que a pobreza apresenta dimensões histórica, econômica, social, cultural e política; é complexa e multidimensional; é essencialmente de natureza estrutural, sendo, portanto, mais que insuficiência de renda. É produto da exploração do trabalho; é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços sociais básicos, à informação, ao trabalho e à renda digna; é não participação social e política.

A amplitude do conceito apresentado pela autora citada expande o conceito de pobreza também pela via de exclusão social, segundo a mesma, trata-se de uma condição que está para além da ausência ou deficiência de renda. “Portanto, a exclusão social é entendida com um processo dinâmico e multidimensional que pode conduzir a ruptura de vínculos sociais” (Silva, 2015, p. 26).

Nesse sentido, já que pobreza extrapola a ausência de renda, é necessário que se tenha uma articulação entre transferência de renda e políticas sociais (Silva, 2007). Para tanto, tal articulação consiste no aspeto da transferência de renda estar atrelada a oferta de serviço sociais (saúde, educação, assistência, habitação, entre outros), que possibilitem aos beneficiários mais que uma ajuda emergencial, minimizadora da sua condição de pobreza ou miséria. A condição de beneficiário deve se constituir como porta de entrada aos mecanismos de inserção social.

Outro conceito sobre pobreza que cabe destaque foi encontrado em um estudo que contempla dois programas de transferência de renda em países disitintos, a saber: México e Brasil. O trabalho realizado por (Leite & Peres, 2013, p. 352), chama a atenção ao avanço do Banco Mundial, percebendo a “pobreza para uma questão de privação de

capacidades resultante de processos políticos, econômicos e sociais. Reconheceu-se nos relatórios que o conceito de pobreza é multidimensional e envolve condições de saúde, educação, vulnerabilidade, falta de influência e de poder”. Percebemos mais uma vez que o conceito de pobreza aqui também se expande para uma concepção de exclusão social, quando os autores citados mencionam para além dos aspetos económicos, as dimensões política e social na privação dos recursos.

Analisando a concepção dos autores, o avanço do tratamento dado ao fenómeno da pobreza nas suas múltiplas expressões, adotado na implementação dos programas de transferência de renda, pode ser avaliado como fator relevante para a eficácia da proposta dos mesmos. Os textos que anunciam o conceito de pobreza pautado nas suas múltiplas formas demonstram que o objetivo de combater a pobreza, traçado nos programas Bolsa Família, no caso do Brasil, e *Progres/Oportunidades*, no caso do México, não se configura apenas na retórica. Trata-se também da necessidade urgente do investimento em capital humano, e o aumento deste vai desde a garantia de necessidades fundamentais (alimentação, renda, moradia, etc.) até o acesso a bens culturais.

No caso do Bolsa Família, já podemos afirmar em uma avaliação preliminar que o acesso a renda abre a porta de saída da situação de extrema pobreza. Entretanto, uma reflexão mais pormenorizada sobre os conceitos construídos pelos autores pressupõe a necessidade de ampliarmos o olhar questionador sobre a transferência de renda enquanto mecanismo não apenas de combate à pobreza, mas também de inclusão social. Se tal programa assim se projeta, qual tem sido seu resultado? Atentar para além de números, ou seja, dados qualitativos, pode ser nosso elemento desvelador.

Quanto às análises encontradas sobre o conceito de transferência de renda, contribuem de forma significativa com o tema central do nosso estudo de tese, de modo que alguns autores trazem uma percepção mensurável da transferência de renda para além do acesso à pecúnia.

De acordo com Silva (2007), autora já anunciada neste estudo, articular a transferência monetária com a educação significava associar uma política compensatória (transferência monetária) com uma política estruturante (educação), mecanismo que qualifica o processo de Transferência de Renda (Silva, 2007, p. 1431-1432). Tal proposição, ao mesmo tempo que assegura-se a renda, garante-se a inserção dos beneficiários na política educacional, com objetivo de possibilitar futura mobilidade e integração social por meio da formação educacional, visando um caráter emancipatório. Há

neste processo uma minimização do fomento ao consumo fortemente atribuído à transferência de renda.

Neste sentido, há uma ampliação do conceito de transferência de renda para transferência de renda condicionada. Determina-se uma condição para o acesso da população beneficiária, conforme assinala Jacoud (2013, p. 292), “os Programas de Transferência Condicionada de Renda, assentados no paradigma de desenvolvimento humano, a nova agenda propõe suprir as necessidades básicas por meio de transferências de renda e desenvolver capacidades por meio de condicionalidades em educação e saúde”. Afirmação que culmina com a percepção de Souza (2011, p. 14), “o segundo objetivo dos programas de transferências condicionais de renda, e a sua novidade, é impactar a formação do capital humano das futuras gerações através de condicionalidades impostas ao comportamento das famílias”.

Podemos reconhecer a partir das colocações dos autores citados que os programas de transferência de renda, no tocante a sua proposta de transferência condicionada, estão pautados numa concepção de pobreza para além da insuficiência de renda. Portanto, a imposição de condicionalidades articuladas com políticas que demandam direitos fundamentais, como acesso a saúde e a educação se configuram como estratégias de redução de desigualdades, acesso a direitos sociais na perspectiva de desenvolvimento humano.

Cabe ressaltar que a transferência de renda se configura como um mecanismo de proteção social afiançada pela segurança de renda no âmbito da política de assistência social, bem como no contexto das demais políticas públicas, por meio do cumprimento das condicionalidades que reflete diretamente no aumento da demanda dos serviços ofertados pelas políticas de saúde (vacinação, pré-natal, saúde do lactente) e educação (acesso e permanência na escola).

Assim, fica claro que a prática da transferência de renda condicionada obedece a uma via de mão dupla dos atores: Estado e beneficiários. Se os segundos têm a prerrogativa de cumprir as condicionalidades requisitadas pelo primeiro, este tem a prerrogativa de garantir a oferta universal dos serviços.

Dando continuidade à contribuição conceitual, destacamos a focalização nos segmentos populacionais assinalados em condições de pobreza, enquanto elemento constitutivo do modelo de transferência de renda condicionada. Conforme assinala Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2008):

Para que um programa social seja capaz de reduzir a pobreza e a desigualdade ele precisa, antes de tudo, atingir a população que vive em condições de pobreza. Quanto maior a proporção dos recursos do programa alocados a esta população, maior será o seu grau de focalização e, conseqüentemente, maior o seu impacto sobre a pobreza e a desigualdade (Barros, Franco e Mendonça, 2008, p. 3).

Assim, focalização consiste na capacidade de transferir renda prioritariamente àqueles quem mais precisam.

De acordo com Ruscheinsky e Mendizábal (2014), em estudo comparativo entre os países Brasil e México, a implementação de uma política focalizada no primeiro, “almeja-se reduzir a pobreza universalizando o acesso aos programas sociais a todos os municípios brasileiros, iniciando a ação pelos mais pobres e estendendo-a aos demais” (Ruscheinsky e Mendizábal, 2014, p. 35). Concepção corroborada por Jacoud (2013) em sua análise a autora assinala:

Se para a perspectiva residualista a priorização aos mais pobres representa a centralidade no papel projetado para as políticas sociais, do ponto de vista do fortalecimento de um sistema público universal voltado à redução das desigualdades, tal prioridade contribui para fortalecer o acesso universal, inclusive para os mais pobres (Jacound, 2013, p. 297).

Para estes autores a política de distribuição focalizada adotada pelos programas de transferência de renda, está baseada numa distribuição equânime, de modo que aqueles que mais precisam sejam prioritariamente beneficiados, ou seja, não há um tratamento excludente, procura-se atender primeiro aos mais necessitados, remete-se a idéia de focalização/discriminação positiva.

No entanto, é pertinente admitir que apesar da larga abrangência do programa, a exigência do cumprimento de condicionalidades traduzida no seu caráter focalizado dá margem para um alto índice de críticas. Paiva, Falcão e Bartholo (2013), apontam dilemas quanto à focalização. Estes autores, fundamentados em Mkandawire (2005), assinalam:

...parte considerável dos custos economizados com as próprias transferências seria consumida nos pesados e caros procedimentos administrativos destinados a manter a boa focalização do programa. Em outras palavras, a estrutura institucional necessária para excluir os não elegíveis (em geral, por testes de meios) seria complexa, cara e, em última instância, geraria baixa efetividade da política – já que estaria associada a baixas taxas de *take up* (isto é, a altos erros de exclusão). Um segundo dilema poderia ser assim registrado: países ricos teriam

capacidade administrativa para implementá-los, mas não teriam necessidade, já que poderiam adotar esquemas mais amplos e generosos, em geral voltados para toda a população, indistintamente; países pobres e em desenvolvimento teriam, sim, a necessidade de implementá-los (já que não conseguiriam implementar esquemas universais mais generosos), mas não teriam capacidade administrativa para isto (Mkandawire, 2005). Em suma, a literatura da área de políticas sociais manteve, como regra, uma postura cética quanto à adoção de políticas focalizadas.

Portanto, ao adotar uma análise mais crítica do princípio da focalização, percebemos que este se contrapõe ao princípio da universalização, o qual reza por atender a todos, independente de critérios de elegibilidade (comprovação de renda, número de filhos, entre outros). Cabe questionar ainda em que termos a focalização agrega de fato os que precisam, ou tende a ser um mecanismo de exclusão. Haja vista a parcela da população que contempla os critérios de elegibilidade, mas não chega a ser alcançada pelo benefício.

Quanto à contribuição metodológica, os artigos analisados foram construídos a partir de análise qualitativa e quali-quantitativa com uso de coleta de dados primários e secundários.

As consultas documentais que registram dados secundários resultam de um amplo processo exploratório de referências atualizadas com base em documentos públicos que tratam do tema em questão, exame da legislação em vigor e contribuição de autores detentores de expertise na discussão da transferência de renda no Brasil e no exterior.

A exploração de dados primários com uso de entrevistas semi-estruturadas, com análise de dados por meio do método do discurso livre do sujeito, o qual na concepção de Santos, Oliveira, Melo e Souza (2014, p. 1390) “o método do discurso do sujeito coletivo traz a esta pesquisa uma nova forma de representação social na qual se organizam os dados qualitativos por meio de procedimentos sistemáticos e padronizados, sem, contudo, reduzir os depoimentos a números”.

Os estudos fundados em análises comparativas, encontrados nos trabalhos de Ruscheinsky e Mendizábal (2014) e Leite e Peres (2013), ampliam o olhar investigativo, na perspectiva assinalada pelos primeiros autores ora citados: por uma abordagem a partir da pesquisa documental e, ao mesmo tempo, valendo-se de uma intensa observação empírica ao nível local. Para estes autores, “o enfoque da pobreza e das políticas sociais fundamenta-se numa concepção da metodologia multidimensional que reflete o esforço de construção analítica dentro da reflexividade e da complexidade”. (Ruscheinsky &

Mendizábal, 2014, p. 32). Tais dimensões se incorporam porque tendem a responder a multipilicidade de fenômenos apontados nos apanhados da pesquisa, tendo em vista que os temas sobre pobreza e políticas sociais denunciam realidades sociais complexas que por sua vez incitam refletir sobre suas consequências e efeitos nas sociedades.

Nessa perspectiva, percebemos que a análise qualitativa com exploração de dados primários e secundários constitui-se como referencial metodológico em potencial para o trabalho investigativo que se pretende alcançar. Será necessário, também, para analisar os dados coletados pela pesquisa, fazer o estado da arte sobre a produção das categoria teóricas que pretendemos explorar.

A terceira dimensão que nos apropriamos neste estudo compreende uma abordagem epistemológica, esta, percebida enquanto estudo do processo de produção do conhecimento científico.

A diversidade de abordagens teóricas, as quais trouxeram à discussão diferentes linhas de pensamento, algumas ancoradas na perspectiva crítica, que se propõe a um olhar questionador, que compreendemos como eficiente para responder a realidade analisada. Para tal perspectiva, as políticas sociais, inclusive a transferência de renda, constituem-se como mecanismo de controle de classes, ou seja, visa à manutenção de uma ordem instaurada, a qual não deverá ser alterada, ou ao menos questionada. Portanto, os programas sociais objetivam combater a miséria e minimizar a pobreza, erradicá-las jamais.

As abordagens ancoradas em aportes positivistas ou funcionalistas, direcionam o olhar para o efeito considerado integrador e emancipatório das políticas sociais e dos programas de transferência de renda. Neste tipo de abordagem identificamos, mesmo que de forma subjacente, a defesa de projetos políticos e institucionais, referentes a uma política de governo específica, numa perspectiva de ordem e regulação. Tal afirmativa é percebida quando os autores dão ênfase às bases quantitativas, apresentando elevados números de beneficiários, sem discutir a outra parcela da população não alcançada pelo programa, ou seja, frente à insuficiência na cobertura do atendimento, mantém-se a neutralidade. Há um afastamento entre o pesquisador e o objeto.

3 METODOLOGIA

Realizamos pesquisa *online* em repositórios de publicações científicas. Nestes foram selecionados oito artigos, sendo seis publicados em revistas com indexadores nacionais e

internacionais com alto nível de qualificação, e dois da biblioteca da Fundação Getúlio Vargas (FGV). As revistas pesquisadas foram: Revista de Administração Pública, Revista Ciência e Saúde Coletiva, Revista Opinião Pública, Revista Katálysis, Revista Serviço Social & Sociedade, Revista do Serviço Público. As áreas de atuação dos periódicos citados abrangem o estudo das ciências humanas, ciências sociais e aplicadas, políticas públicas, saúde coletiva, serviço social, administração pública e políticas governamentais.

Após a escolha dos textos, realizamos a leitura com objetivo de recolher aqueles considerados mais relevantes para análise, discussão e identificação dos contributos para construção da tese. A maioria dos trabalhos sugere títulos que incluem palavras que se configuram como palavras-chave do projeto de tese em construção, como por exemplo, Programa Bolsa Família, Transferência de Renda e Programas Sociais.

Quanto à estrutura dos textos, há vários pontos convergentes, dos quais podemos citar: análise das políticas sociais; contexto histórico da transferência de renda no Brasil e em outros países, no caso daqueles que apresentam estudos comparativos; ênfase na avaliação de políticas públicas; construção de conceitos de pobreza, transferência de renda, focalização; bem como série histórica da unificação dos programas de transferência de renda.

O Trabalho intitulado “Avaliação de Programas e Serviços Sociais no Brasil: uma análise das práticas do contexto atual”, configurou-se como fio condutor da nossa trajetória, o referido estudo define assim sua proposta:

Considerando os diversos vetores incidentes sobre o desenvolvimento da avaliação de iniciativas sociais no Brasil, faz-se necessário caracterizar a produção de processos dessa natureza em nosso país, de modo a identificar melhor suas resultantes. Por meio desse estudo, identificaremos características centrais de processos avaliativos com base em publicações realizadas sobre os mesmos, procurando evidenciar seu foco de análise (implementação, processo ou resultado), posição dos avaliadores, dentre outros, de modo a evidenciar questões que atravessam as práticas avaliativas no interior do campo da assistência social brasileira (Gasparini & Furtado, 2014, p.124).

Em consonância com a perspectiva dos autores citados, adentramos no acervo das produções com abrangência nacional e internacional sobre o tema transferência de renda a partir do Programa Bolsa Família, com intuito de transitar nas problematizações já percebidas e evidenciadas, porém, inacabadas, por se tratar de um tema multifacetado que

abrange questões sociais, econômicas, e políticas, dentre outros fatores que anunciam a necessidade de investigação científica.

Quanto à questão metodológica, há predominância da pesquisa do tipo qualitativa. A investigação de dados primários centrada na oitiva dos usuários permite o protagonismo do sujeito na compreensão dos fenômenos. Deste modo, percebemos que os autores consideraram tal análise como eficiente na resposta de questões complexas, considerando que os temas elucidam fenômenos da realidade social, sendo esta sujeita a constantes mudanças.

Os caminhos metodológicos centrados na pesquisa documental e/ou empírica, quali-quantitativa ofereceram um apanhado de métodos, técnicas, e abordagem de tratamento e mensuração de dados essenciais a um estudo investigativo.

4. CONCLUSÃO

O tema transferência de renda é destaque no cenário mundial. No âmbito acadêmico a discussão também se apresenta como objeto de estudo nas diversas áreas do saber. O estudo que propomos trouxe a experiência de diversos autores que se debruçaram sobre o tema por meio de investigações, pesquisas, documentais e empíricas, tendo como foco de análise o programa de transferência de renda do Brasil: Programa Bolsa Família.

Percebemos que há uma convergência entre os autores da alta relevância do programa para a população brasileira. Do mesmo modo, também há uma relevante discussão sobre os limites e desafios que o programa ainda enfrenta, seja na equação igualdade e equidade, elementos que envolvem execução e gestão, seja no desafio da legitimidade na cobertura em mais de uma década de existência.

Diante do que foi exposto, apontamos para analisar a importância do Programa Bolsa Família na perspectiva de compreender a sua relevância no sistema de proteção social, ampliando sua contribuição para além da segurança de renda.

REFERÊNCIAS

- Barros, R. P., Carvalho, M., Franco, S., & Mendonça, R. (2008). *A importância das cotas para a focalização do Programa Bolsa Família*. No. 1349. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Britto, T. & Soares, F. V. (2010). *Bolsa Família e Renda Básica de Cidadania: Um passo em falso?* Brasília: Centro de Estudos da Consultoria do Senado.
- Gasparini, M. F. V. & Furtado, J. P. (2015). Avaliação de Programas e Serviços Sociais no Brasil: Uma análise das práticas no contexto atual. *Serviço Social e Sociedade*, (online) 117, 122-141, 2014. Recuperado de <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 01 de dezembro de 2015.
- Jaccoud, Luciana. Igualdade e equidade na agenda da proteção social. In: FONSECA, Ana; FAGNANI, Eduardo (Orgs.). Políticas Sociais, cidadania e desenvolvimento. Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. (Coleção Projetos para o Brasil, v. 2). Recuperado de <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1930>. Acesso em 05 de dezembro de 2015.
- Lei Nº 10.835 (2004, 8 de janeiro). Lei da Renda Básica e Cidadania. Brasília: Senado Federal. Recuperado de: www.planalto.gov.br. Acesso em 20 dez. 2015. Lei Nº 10.836 (2004, 9 de janeiro). Lei do Programa Bolsa Família. Brasília: Senado Federal. Recuperado de : www.planalto.gov.br. Acesso em 20 dez. 2015.
- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2009). *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: UNESCO.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2015). *Programa Bolsa Família*. Recuperado de www.mds.gov.br. Acesso em 15 dez 2015.
- Paiva, L. H., Falcão, T., & Bartholo, L. (2010) Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: Um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In IPEA. *Bolsa Família 2003 — 2010: Avanços e desafios*. Brasília: IPEA.
- Rêgo, W. L. & Pinzani, A. (2013). *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora UNESP.

- Ruscheinsky, A. & Mendizabal, D. M. (2014). Política social, paradigma de bem-estar e prática política: Análise comparativa de programas de transferências condicionadas. *Katálysis*, 17(1). Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rk/v17n1/a04v17n1>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.
- Santos, M. C. M., Junior, A. G., Oliveira, P. R. M., Melo, D. R. A., & Souza, W. A. D. R. (2014). A voz do beneficiário: Uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. *Revista de Administração Pública-RAP*, (online) 48(6), 1381-1405. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0034-7612&lng. Acesso em 01 de dezembro de 2015.
- Silva, M. O. (2007). O Bolsa Família: Problematisando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, 12(6). Recuperado de <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 22 de dezembro de 2015.
- Silva, M. O. (2015). O debate sobre a pobreza: Questões teórico-conceituais. *Revista Políticas Públicas*, 6(2).
- Souza, A. P. (2011). Políticas de Distribuição de Renda no Brasil e o Bolsa Família. Em E. Bacha e S. Schwartzman (Eds.). *Brasil: A nova agenda social*. Rio de Janeiro: LTC. Recuperado de <http://www.schwartzman.org.br/simon/agenda5.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.
- Soares, S., De Souza, P. H. G. F., Osório, R. G., & Silveira, F. G. (2010). Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. Em IPEA. *Bolsa Família 2003 — 2010: Avanços e desafios*. Brasília: IPEA.